



MUNICÍPIO DE ÁGUEDA

Aviso n.º 2852/2010

Gil Nadais Resende da Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Águeda, torna público que o Executivo Municipal de Águeda deliberou, na sua reunião pública de 21 de Janeiro de 2010, submeter a apreciação pública as alterações e correcções ao Regulamento e Tabela de Taxas no Âmbito de Operações Urbanísticas e Obras no Espaço Público Municipal, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 14 de Junho de 2007 e alterado conforme publicação na 2.ª série do *Diário da República* de 20 de Julho de 2009, e respectiva fundamentação económico-financeira.

Assim, nos termos do artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), convidam-se todos os interessados a consultarem no Gabinete de Atendimento ao Múncipe (GAM) da autarquia ou na página da Internet www.cm-agueda.pt os referidos documentos e a formularem as suas sugestões e observações, dentro do prazo de 30 dias a contar da data da presente publicação, por escrito dirigido ao Senhor Presidente da Câmara ou por correio electrónico para o endereço presidente.gilnadais@cm-agueda.pt.

Águeda, Paços do Concelho, 01 de Fevereiro de 2010. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Gil Nadais*.

302863604

MUNICÍPIO DE ALENQUER

Aviso n.º 2853/2010

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado

Para efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, usando das competências atribuídas pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de 16 de Novembro de 2009, e depois de consultada a DGAE, que assegura transitória e temporariamente as funções da ECCRC, que informa que não tendo, ainda, sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, se encontra aberto procedimento concursal comum visando a ocupação de um posto de trabalho na carreira unicategorial de técnico superior — área de engenharia civil, para o Departamento de Fomento e Serviços Urbanos, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado — termo resolutivo, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo prazo de um ano, renovável por iguais períodos, não podendo exceder três anos, em conformidade com o previsto no mapa de pessoal aprovado.

1 — Descrição sumária das funções — Funções constantes no anexo à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro referido no n.º 2 do artigo 49.º da mesma lei;

2 — Caracterização do posto de trabalho: Funções de complexidade funcional de grau 3, com a categoria de técnico superior, para o desempenho de funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica na área de engenheiro civil, ainda que com enquadramento superior qualificado.

3 — O posicionamento remuneratório é objecto de negociação com a entidade empregadora pública (Câmara Municipal de Alenquer) e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

4 — Legislação aplicável — Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

5 — Local de trabalho — O local de trabalho situa-se na área do Município de Alenquer.

6 — Requisitos de admissão:

7.1 — Os requisitos gerais de admissão definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, são os seguintes:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis da vacinação obrigatória.

7.2 — Nível habilitacional — Licenciatura em engenharia civil de acordo com o artigo 44.º conjugado com o artigo 51.º e mapa anexo da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

7.2.1 — Não é possível substituir as habilitações exigidas por formação ou experiência profissional.

7.3 — Requisitos de vínculo:

Para cumprimento do estabelecido no n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores que não pretendam conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo indeterminado ou se encontrem colocados em situação de mobilidade especial.

8 — Forma, prazo e local para apresentação das candidaturas:

8.1 — Prazo — 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

8.2 — Forma e local — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário-tipo, disponível na Secção de Recursos Humanos e na página electrónica em www.cm-alenquer.pt desta Autarquia, entregue pessoalmente na Secção de Recursos Humanos ou na Divisão de Gestão Administrativa, ou remetida pelo correio, registado com aviso de recepção, dentro do prazo estabelecido, para a Câmara Municipal de Alenquer, Praça Luís de Camões, 2580-318 Alenquer.

8.3 — Não serão aceites candidaturas por via electrónica.

8.4 — A apresentação de candidatura em suporte de papel deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão:

a) Currículo profissional detalhado, devidamente datado e assinado, do qual conste a identificação pessoal, habilitações literárias, experiência profissional e qualquer circunstâncias que possam influir na apreciação do seu mérito ou constituir motivo de preferência legal, os quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo Júri do procedimento concursal se devidamente comprovadas, nomeadamente fotocópia dos documentos comprovativos da frequência das acções de formação e da experiência profissional bem como do documento comprovativo da avaliação do desempenho relativo ao último período, não superior a três anos (apenas para candidatos que se enquadrem nos requisitos previstos no ponto 12 do presente aviso e optem por esses métodos de selecção);

b) Fotocópia legível do documento comprovativo das habilitações literárias, bem como, fotocópias do bilhete de identidade e do número de identificação fiscal do contribuinte ou do cartão de cidadão;

c) Declaração comprovativa do exercício de funções inerentes à área de actividade para a qual o presente procedimento concursal é aberto emitida pelo serviço respectivo (experiência profissional);

8.5 — Na apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos referidos nas alíneas *a*), *b*), *c*) e *d*) do n.º 7.1 do presente aviso, devem os candidatos declarar no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram, relativamente a cada um dos requisitos, bem como os demais factos constantes na candidatura.

9 — O disposto no número anterior não impede que seja exigida aos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

9.1 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos implicam a sua exclusão, independentemente do procedimento criminal, nos termos da lei penal.

10 — Quotas de emprego:

10.1 — De acordo com o n.º 3 dos artigos 3.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

10.2 — Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência, devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção, nos termos do diploma supra mencionado.

11 — Métodos de Selecção e respectiva ponderação — Avaliação Curricular, Entrevista de Avaliação de Competências e Entrevista Profis-

sional de Selecção, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 39.º, n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2 e do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01.

11.1 — Avaliação curricular — A avaliação curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida e terá a ponderação de 40%.

11.2 — Entrevista de avaliação de competências — A entrevista de avaliação de competências visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre os comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função e terá a ponderação de 30%.

11.3 — Entrevista profissional de selecção — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal e terá a ponderação de 30%.

12 — Os parâmetros de avaliação de cada um dos métodos de selecção e a respectiva ponderação, a grelha classificativa e o sistema de ordenação final constam de acta de reunião do júri do procedimento sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

13 — Ordenação final (OF): A ordenação final dos candidatos que completarem o procedimento resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos três métodos de selecção que será expressa na escala de 0 a 20 valores e efectuada através da seguinte fórmula, nos termos do n.º 1, do artigo 34.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro:

$$OF = 0,40\% AC + 0,30\% EAC + 0,30\% EPS/100\%$$

OF = Ordenação Final;

AC = Avaliação Curricular;

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências;

EPS = Entrevista Profissional de Selecção.

15 — Considera-se excluído o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores em cada um dos métodos e na classificação final.

16 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de selecção equivale à desistência do procedimento.

17 — Em situação de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

18 — De acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, caso existam 100 ou mais candidatos o método obrigatório a utilizar será unicamente a prova de avaliação curricular ou a prova de conhecimentos teórica escrita, valorizada em 70% e a entrevista profissional de selecção em 30%.

19 — Composição do júri:

Presidente — Joaquim António Rodrigues Pereira, Director do Departamento de Fomento e Serviços Urbanos;

Vogais efectivos — Maria Emília Lima Henriques, técnica superior (Engenharia Civil), que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos e Hugo Renato Cardona Cardoso, Técnico Superior (Engenheiro Civil);

Vogais suplentes — Mafalda Rita Correia Guerra Perestrello Caldas, técnica superior (Engenharia Civil) e Rute Patrícia Antunes de Vasconcelos Vieira, técnica superior (Engenharia Civil).

20 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção é efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Alenquer, e disponibilizada na sua página electrónica — www.cm-alenquer.pt.

21 — Os candidatos aprovados em cada método de selecção são convocados para a realização do método seguinte através de e-mail com recibo de entrega da notificação.

22 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/1, o presente aviso será publicitado integralmente na Bolsa de Emprego Público www.bep.gov.pt, no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, por extracto e a partir da data da publicação no *Diário da República* na página electrónica da Câmara Municipal de Alenquer e no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

23 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Câmara Municipal de Alenquer, 6 de Janeiro de 2010. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel da Cunha Mendes Riso*.

302760564

Aviso n.º 2854/2010

Torna-se público que, por meu despacho de 4 de Dezembro de 2009, foi nomeada a candidata Aurora Maria Francisco Ribeiro de Matos Alves, para o lugar de Terapeuta da Fala Especialista, candidata classificada em 1.º lugar no concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar da categoria de especialista, da carreira de terapeuta da fala, do grupo de pessoal técnico.

Câmara Municipal de Alenquer, 7 de Janeiro de 2010. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel da Cunha Mendes Riso*.

302765351

Aviso n.º 2855/2010

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Presidente da Câmara datado de 24 de Julho transacto, foi concedida licença sem remuneração pelo período de um ano à assistente operacional, Inaldina Gomes Nunes Correia, com início em 18 de Agosto de 2009, ao abrigo do disposto no artigo 234.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

Câmara Municipal de Alenquer, 11 de Janeiro de 2010. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel da Cunha Mendes Riso*.

302777072

MUNICÍPIO DE ALJEZUR

Aviso n.º 2856/2010

Nomeação em Comissão de Serviço

Para os devidos efeitos se torna publico que, por meus despachos datados 25 e 26 de Outubro de 2009, e no uso da competência que me é conferida pelo n.º 3 do artigo 74.º e de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 73.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foram nomeados, em comissão de serviço, para integrarem o Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente da Câmara, os trabalhadores deste Município, em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, abaixo indicados, para desempenharem as funções que para cada um se indica:

Fausta da Graça Malveiro Regino de Almeida Rodrigues — Secretária do Gabinete — com efeitos a 25 de Outubro de 2009;

Leonel Francisco da Conceição — Adjunto do Gabinete — com efeitos a 2 de Novembro de 2009.

Aljezur, 01 de Fevereiro de 2010. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Velhinho Amarelino*.

302865532

Aviso n.º 2857/2010

Celebração de Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se publico que por meu despacho datado de 30 de Novembro de 2009, determinei a celebração de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado para o exercício de funções públicas com as candidatas abaixo indicadas, nas categorias que para cada uma se indica, com efeitos a 1 de Dezembro de 2009, as quais ficam posicionadas na posição remuneratória 3 — nível remuneratório 19, a que corresponde a remuneração mensal de 1 407,45€:

Maria do Carmo Candeias Ferreira — Técnico Superior — Área de Gestão de Recursos Humanos — Sector de Gestão de Recursos Humanos da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos;

Maria de Lurdes Rosa — Técnico Superior — Área de Contabilidade — Sector de Orçamentos, Contas e Serviços Gerais da Divisão Financeira;

Ana Margarida Gonçalves da Rosa Oliveira — Técnico Superior — Área de Gestão Autárquica — Sector de Taxas e Alvarás da Divisão de Urbanismo e Habitação.

Aljezur, 02 de Fevereiro de 2010. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Velhinho Amarelino*.

302868051